

A carta de Raul do Rio Branco e a formação do campo olímpico brasileiro¹

FAUSTO AMARO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

A carta de Raul do Rio Branco aos dirigentes esportivos brasileiros em 1914 foi um fato marcante na consolidação do movimento olímpico nacional, resultando, dentre outras coisas, na formação do primeiro Comitê Olímpico Brasileiro. O documento referido é entregue aos *sportsmen* pela via postal (carta) e chega ao conhecimento do público em geral pelas páginas dos jornais cariocas, principal meio de comunicação massivo na época. Neste artigo, o propósito central é propor uma análise de alguns aspectos do conteúdo da carta de Rio Branco, entremeada por reflexões que dão conta da importância das tecnologias da comunicação para o desenvolvimento do esporte.

Palavras-chave: Esporte; Rio de Janeiro; Mídias; Olímpico; Raul do Rio Branco

Abstract

Raul do Rio Branco's letter to Brazilian sports leaders in 1914 was a fact of the utmost importance in the consolidation of the national Olympic movement, resulting, among other things, in the formation of the first Brazilian Olympic Committee. This document was delivered to sportsmen by post (letter) and reached the general public through the pages of Rio de Janeiro newspapers, the main means of mass communication at the time. The main purpose of this article is to propose an analysis of some features of the content of Rio Branco's letter, interspersed with reflections acknowledging the importance of communication technologies for the development of sport.

Keywords: Sport; Rio de Janeiro; Media; Olympic; Raul do Rio Branco

Introdução

A chegada de modos de diversão importados da Europa no século XIX coincidia com o adensamento urbano do Rio de Janeiro e a formação de uma classe trabalhadora consumidora desses novos divertimentos.² Um dos mais icônicos lazeres modernos era justamente o esporte. O geógrafo Gilmar Mascarenhas postula que “a cidade [do Rio] levou algumas décadas para ‘responder’ positivamente aos apelos de desenvolvimentos dos esportes, que nos chegavam pela zona portuária e pelos jovens bacharéis recém-vindos da Europa.”³ Sabe-se, contudo, que, ao final do século XIX, já havia um campo esportivo em processo de franca expansão no Rio de Janeiro,⁴ o que Machado de Assis denominou de “civilização esportiva.”⁵ A transição da atitude de suspeição para essa febre dos esportes é gestada ainda no Novecentos e ganha força com os ideais modernizantes da República, quando a tradição cede lugar à novidade e o ambiente privado do lar perde em preferência para o espaço público.

Desde meados do século XIX, crescia também o número de clubes náuticos e ginásticos fundados na cidade, como o Clube Ginástico Português, em 1868, o Jockey Club, em 1868, o Derby Club, em 1885, o Clube de Regatas São Cristóvão, em 1898.⁶ No final daquele século, os clubes começavam a se agrupar, local e nacionalmente, em federações representativas de cada esporte. A consolidação dessas instituições teria um papel decisivo na formação do primeiro Comitê Olímpico Nacional (1913-1914) e no desenvolvimento do esporte olímpico nos anos 1910. As reformas efetuadas pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro⁷ também colaboraram para acelerar o processo de esportivização da cidade, o que era visto por ele como uma manifestação de civilização e progresso.

No campo da imprensa, as informações divulgadas sobre os Jogos Olímpicos nas décadas de 1890 e 1900 se caracterizavam pelo conteúdo reduzido, sendo raros os textos de opinião e crônicas mais longos e aprofundados. Apesar de seu caráter de novidade, extraordinariedade e relevância, as notícias olímpicas não preenchiam um espaço significativo nos jornais, o que pode se justificar pela fonte dessas informações (as agências internacionais) e pelo pequeno número de jornalistas presentes nas primeiras edições olímpicas.

Nesse período, não havia ainda a figura do jornalista esportivo claramente identificada. Os jornais referenciam muito o *sportsman*, que seria o indivíduo direta ou indiretamente envolvido com o esporte, mas não existiam jornalistas exclusiva e nomeadamente dedicados à cobertura esportiva. O comum era que jornalistas de outras editorias aparecessem também na página de esportes ou que intelectuais, como Coelho Neto, publicassem esporadicamente algum artigo de opinião. Mesmo Ulysses Reymar, correspondente da revista portuguesa *Tiro*

e Sport, não era identificado como jornalista, mas, sim, como propagandista esportivo.

Já na década de 1910, as pautas jornalísticas sobre os Jogos Olímpicos são incrementadas, em especial pelos acontecimentos que se desenrolaram naquele período e pela atuação de personagens importantes no cenário olímpico nacional, tais como Almeida Brito (redator do *Jornal do Brasil*), Alvaro Zamith (presidente da Liga Metropolitana de Sports Athleticos), Fernando Mendes de Almeida (senador da República e redator-chefe do *JB*), Alfredo Duarte Rodrigues (membro do Comitê Olímpico Português), Raul do Rio Branco (embaixador brasileiro e delegado olímpico), Conde de Penha Garcia (primeiro presidente do Comitê Olímpico Português e delegado olímpico), Ulysses Reymar, Arnaldo Guinle (dirigente esportivo), dentre outros. Pode-se inferir que havia um clima favorável às Olimpíadas naquele momento. Além do crescimento da cobertura sobre as edições de Estocolmo, em 1912, e Berlim, em 1916, as folhas cariocas exerciam pressão para que o governo apoiasse os esportes e para que as entidades esportivas tratassem com o devido zelo a representação olímpica nacional. Os jornais cariocas passam a desempenhar também papel ativo no campo olímpico, estabelecendo frutíferas parcerias com instituições esportivas sediadas na cidade, como viria a ser o caso do próprio Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Essa união permitia que a imprensa acessasse material exclusivo para a produção de notícias, e concedia aos clubes e federações a oportunidade de divulgar suas pautas e deliberações (reuniões, cartas e ofícios, por exemplo) para um público mais amplo, que era leitor desses periódicos.

Aportemos agora em 1914, ano que reservava momentos emblemáticos para o campo esportivo brasileiro. Durante o Congresso do Comitê Olímpico Internacional, em junho, a participação brasileira na próxima edição dos Jogos fora autorizada. Um mês antes, uma carta, escrita por Raul do Rio Branco, provocou grande agitação no meio esportivo. Redigida em abril, ela foi enviada para personagens centrais do esporte nacional e lida durante uma reunião da Federação Brasileira das Sociedades do Remo, em 26 de maio de 1914. A imprensa, que tivera acesso à carta por meio de seus jornalistas, teceu comentários elogiosos sobre seu conteúdo, e alguns veículos chegaram mesmo a publicá-la na íntegra. De pronto, percebe-se o papel de arquivo exercido pelos jornais, que não apenas reportavam os fatos como transcreviam documentos marcantes para a história do esporte nacional. Os relatos jornalísticos atuam como relevantes “falas autorizadas”⁸ sobre o contexto social da época e foram primordiais na introdução e difusão do esporte e do lazer modernos na cidade.⁹

O depoimento encerrado na carta de Rio Branco, embaixador brasileiro na Suíça, serve de testemunho para a história olímpica brasileira. O diplomata percorria temas tão diversos quanto sua presença no Congresso Olímpico de

1913, sua nomeação para delegado do Comitê Olímpico Internacional (COI),¹⁰ a importância da educação física, os caminhos para a constituição de um comitê nacional e a posição do COI quanto ao amadorismo. No curto prazo, a carta de Rio Branco traria dois resultados: a formação do primeiro Comitê Olímpico Nacional e a autorização para que o Brasil participasse da próxima edição dos Jogos Olímpicos. Também é possível perceber que esses processos contam com a participação decisiva de duas tecnologias da comunicação – a carta (serviço postal) e os jornais (mídia impressa) –, o que será explorado mais à frente.

Para a construção deste artigo, os “vestígios documentais” foram recuperados por meio dos relatos de periódicos do Rio de Janeiro,¹¹ e o modelo de interpretação das fontes¹² perpassa uma análise narrativa baseada nas contribuições da história cultural.¹³ Cabe salientar que, ao esforço de reconstituir a história a partir desses textos jornalísticos, acabei por me aproximar do que Carlo Ginzburg¹⁴ descreve como um paradigma indiciário.¹⁵ O entrecruzamento aqui proposto entre mídia, memória e história foi denominado por Sonia Meneses de “operação midiográfica.”¹⁶ Essa relação entre imprensa e história é particularmente verdadeira no caso da memória olímpica brasileira, fartamente documentada pelos jornais, porém carente de outras fontes escritas. No mais, como apontam Tânia Luca e Ana Martins, a “imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira.”¹⁷

O remetente

Inicialmente, cumpre entendermos brevemente quem era Raul do Rio Branco. Nascido em Paris, em fevereiro de 1873, Raul foi o primogênito da união entre José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco, e Marie Philomène Stevens (1849-1898), atriz belga radicada no Rio de Janeiro. Seu avô, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), era o Visconde do Rio Branco. Baiano de origem, o primeiro dos Rio Branco foi professor, jornalista e ocupou diversos cargos no governo monárquico desde a década de 1850.¹⁸ Com ele, começava a relação da família Rio Branco com a diplomacia. Além de senador, o Visconde foi Ministro das Relações Exteriores e responsável pela elaboração e aprovação da Lei do Ventre Livre.¹⁹

O pai de Raul,²⁰ honrando o legado nobiliárquico da família, recebeu o título de barão por intermédio da Princesa Isabel em 1888. O Barão do Rio Branco foi figura notável na diplomacia brasileira, tendo atuado esporadicamente como jornalista e ocupado, assim como seu pai, o cargo de Ministro das Relações Exteriores.²¹ Teve participação fundamental na definição das fronteiras brasileiras,²² por meio de bem-sucedidos acordos com os países fronteiriços.²³

Fazendo jus à tradição familiar, Raul do Rio Branco ingressara no serviço diplomático com apenas 22 anos, em 1895,²⁴ ocupando a partir de então diversos cargos: 1º secretário da legação brasileira em Berlim, secretário do ministro das Relações Exteriores e ministro plenipotenciário do Brasil em Berna.²⁵ Raul era um nome destacado na sociedade carioca, circulando entre a elite política e cultural e comparecendo a inúmeros eventos reservados, tais como reuniões presidenciais, almoços com personalidades políticas, embarques e desembarques de figuras proeminentes no cenário nacional e internacional, recepções festivas, bailes e banquetes. Também fora nomeado pelo governo federal como representante do Brasil em diferentes conferências internacionais relacionadas a áreas como agricultura, trabalho, defesa e economia.²⁶

A ligação de Raul do Rio Branco com o esporte remonta à sua infância, quando, por influência de seu pai, se engajou em atividades esportivas no âmbito escolar.²⁷ Raul era praticante de diversos esportes, dentre eles “marcha, corridas a pé, alpinismo, boxe inglês, luta romana, exercício de pesos, lawn-tennis,²⁸ luta de corda, lançamento de pesos, natação, equitação, ciclismo, tiro de pistola, esgrima e em particular no foot-ball e *aviron*.”²⁹ Além disso, foi sócio fundador do Tennis-Club de Petrópolis.³⁰

Durante boa parte de sua vida, Raul se dividiu entre Berna (Suíça), o Rio de Janeiro e Petrópolis (cidade onde seu pai possuía residência). Quando na Europa, por ocasião de sua carreira diplomática, o filho do Barão do Rio Branco continuava a interceder em favor do esporte nacional. Sua atuação era de vital importância para a comunicação dos dirigentes esportivos brasileiros com seus pares no Velho Continente. Além de representar o Brasil no Congresso Olímpico de 1913, realizado em Lausanne, Raul recebeu o presidente do Paulistano durante a turnê do clube pela Suíça,³¹ trabalhou pelo reconhecimento oficial dos Jogos Olímpicos regionais de 1922,³² realizados no Rio de Janeiro, e atuou pelo ingresso da CBD na Fédération Internationale de Football Association³³ e na Fédération Internationale des Sociétés d’Aviron.³⁴ O diplomata brasileiro também mantinha contato frequente com importantes nomes do meio esportivo nacional, tendo escrito telegramas e relatórios para Roberto Trompowsky Junior, secretário da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e chefe da delegação brasileira aos Jogos de 1920, e Fernando Mendes de Almeida, presidente do COB.³⁵

É necessário também discorrermos um pouco sobre a sociedade carioca do final do século XIX e começo do XX, receptora das ideias contidas na carta de Raul do Rio Branco. O Rio de Janeiro era a capital do maior país da América Latina e possuía condições favoráveis à absorção das ideias civilizatórias associadas aos jogos olímpicos.³⁶ Com uma imprensa relativamente consolidada, uma elite urbana influenciada pelo ideário europeu e um campo esportivo³⁷ em franco

crescimento, a cidade dispunha dos meios de divulgação, de um público em potencial e do interesse pelo esporte, necessários à difusão do ideário olímpico.

A mudança de regime político com a proclamação da República, em 1889, não afetara o *status* do Rio no cenário brasileiro. A cidade continuava a exercer sua capitalidade, concentrava a maior população do país e apresentava um acelerado ritmo de crescimento, impulsionado pelas migrações internas e pela chegada de imigrantes europeus. Segundo Roberto Moura, “o Rio de Janeiro era o centro vital do país. Principal sede industrial, comercial e bancária, principal centro produtor e consumidor de cultura, a cidade era a melhor expressão e a vanguarda do momento de transição por que passava a sociedade brasileira.”³⁸

De fato, ocorriam à época inúmeras transformações nas relações sociais, políticas e econômicas. Instalava-se a ordem econômica capitalista, ao mesmo tempo em que crescia um desejo de europeização do país, de seus costumes e de suas instituições. A ideologia do trabalho nobilitante acompanhava essas mudanças, com vistas a “despertar o sentimento de ‘nacionalidade’, superar a ‘preguiça’ e a ‘rotina’ associadas a uma sociedade colonial e abrir desta forma as portas do país à livre entrada dos costumes civilizados [europeus].”³⁹ Uma via possível para interpretarmos a aceitação do ideário olímpico está justamente em seu *status* moderno e europeu, o que, somado aos benefícios físicos ao indivíduo e à possibilidade de controle social do Estado, tornava-o útil à recém-instituída República brasileira e aos valores sociais por ela cultivados.

Desde o final do século XIX, os jogos olímpicos vinham paulatinamente se inserindo no cotidiano carioca, inicialmente nos circos, teatros, festividades e logo em expressões de uso cotidiano e no noticiário jornalístico.⁴⁰ A década de 1910 representa o ponto culminante desse processo, tanto sob o ponto de vista esportivo (os esportes olímpicos já eram praticados e consumidos) quanto social (o processo de ajustamento aos novos hábitos se consolidava). A uma fase de convencimento e esclarecimento acerca dos benefícios da adoção dos “jogos olímpicos,” seguiu-se um período de aceitação e de transmissão cultural desses hábitos. Com o tempo, de condição nova, incutida na vida diária dos jovens adultos, a cultura física, voltada ao divertimento e à manutenção de corpos saudáveis, se transforma em parte precípua da vida do carioca, algo como uma “segunda natureza.”⁴¹

No alvorecer dos anos 1910, havia certo tom de urgência em torno dos assuntos relacionados aos destinos do esporte olímpico nacional e da promoção da educação física, exacerbado pela sensação de atraso em relação ao resto do mundo e mesmo diante dos vizinhos sul-americanos. As tentativas de organização de “jogos olímpicos brasileiros,”⁴² competições reunindo os esportes já difundidos no Rio de Janeiro, serviam então o propósito de difundir a cultura olímpica no país e preparar os atletas nacionais para os Jogos Olímpicos. Foram

ao menos três tentativas nesse sentido, capitaneadas pelo *Jornal do Brasil* e pela Liga Metropolitana de Esportes Atléticos. Todas fracassaram. Ao mesmo tempo, trabalhava-se em prol da formação do primeiro COB no biênio 1913/1914, o que viria a ser concretizado por intermédio justamente da carta de Rio Branco.

O meio

A preocupação com os sentidos da carta de Raul do Rio Branco e suas reverberações na formação de um campo olímpico nacional não diminui a relevância de pensarmos também na materialidade do meio. Trata-se de uma carta de dez páginas, datilografada, transmitida por via postal a indivíduos de destaque no meio esportivo nacional e publicada na imprensa carioca. Adotando uma perspectiva gumbrechtiana, podemos considerar tanto a carta quanto os jornais como “coisas do mundo,” no sentido de que são objetos, coisas, disponíveis ao contato tátil e que, por isso, causam sensações imediatas em quem os experimenta.⁴³ Além disso, há de se levar em conta as especificidades dessas duas mídias, isto é, as dinâmicas de produção e distribuição que lhes são inerentes. Naquela época, a velocidade de envio e recebimento de uma missiva eram bem diferentes do que hoje o serviço postal de hoje e outros meios contemporâneos de comunicação dialógica (correio eletrônico, serviços de mensagens instantâneas) oferecem. Também o jornal possuía suas próprias vicissitudes, como o tempo de fechamento da edição e de impressão nas rotativas. Por isso, é importante que tenhamos em mente a temporalidade própria desses meios.

Um exame minucioso desses elementos nos guia a uma reflexão sobre o próprio caráter desses suportes. No caso da carta, não podemos confirmar se as diferentes versões enviadas foram todas datilografadas por Raul do Rio Branco ou se o embaixador brasileiro empregou alguma técnica de fotocópia disponível na época. Cumpre tensionarmos as instâncias de produção, de transmissão e de recepção, as quais impactam sensivelmente os modos de leitura e consumo dos textos inscritos nesses suportes. Para o pesquisador, coloca-se em questão o desafio de apreensão das miudezas no conteúdo investigado, sendo necessário permanecer ciente de que a materialidade impacta as representações do conteúdo analisado.

Até a década de 1920, jornais e revistas exerciam primazia sobre a cobertura dos Jogos Olímpicos. As inovações no campo da mídia, decorrentes da Segunda Revolução Industrial, como o telégrafo, o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, o daguerreótipo e o linotipo, impactaram o ramo de atividade jornalística. Essas inovações tornaram possível, dentre outras coisas, o trabalho de correspondentes no exterior, o que levou à expansão do serviço das agências internacionais e

à diversificação da oferta de informações aos leitores. A Agência Havas, por exemplo, instalou em fins do século XIX um escritório no Rio de Janeiro e era parceira de muitos dos grandes jornais cariocas. Com modificações no formato, nas técnicas de impressão e no conteúdo, os jornais buscavam expandir seu público leitor, embora não tenha ocorrido um significativo aumento do número de periódicos nos primeiros tempos republicanos.⁴⁴ Também o serviço postal, via de chegada da missiva de Rio Branco, foi impactado por essas transformações.

As folhas cariocas atuavam como porta-vozes dos novos tempos. Desde a proclamação da República, a imprensa colaborava para a promoção da modernidade carioca, tanto por reportar as reformas urbanas quanto por atualizar seus leitores sobre as novidades do restante do mundo. Muniz Sodré explica que “moderno é o mundo organizado por uma forma linear de tempo, cujo conteúdo mais evidente é a ideia de progresso, ou seja, muda-se para melhorar ou progredir.”⁴⁵ Para Nicolau Sevckenko, ser moderno implicava “necessariamente algum modo de relação com a tecnologia e a atitude individualista,” além “de uma obrigatória associação com símbolos cosmopolitas, em especial aqueles que conotam origem europeia ou norte-americana.”⁴⁶

Os jornais eram eles mesmos baluartes da indústria e, por isso, se identificaram muito prontamente com os ideais de modernidade que constantemente veiculavam. Leticia Matheus pontua que o “jornalismo acompanhou o desejo de instantaneidade entre os séculos XIX e XX, do qual fizeram parte transformações nos transportes (bicicleta, automóvel), nas comunicações (telégrafo, telefone) e no modo de produção (taylorismo).”⁴⁷ A mídia reunia notícias de locais distantes no exíguo espaço de suas páginas impressas, disponibilizadas ao leitor carioca diariamente. Paralelamente à dissolução das fronteiras geográficas da notícia, havia a questão do tempo. Obviamente, as informações ainda demoravam a chegar, mas a telegrafia recém-instalada no Brasil representava um significativo avanço em relação a outras formas de transmissão e recebimento de mensagens.⁴⁸ Era pela via telegráfica que fluía boa parte da comunicação entre Raul do Rio Branco e os representantes do meio esportivo carioca. Reitero, assim, que as especificidades técnicas do meio eram tão fundamentais quanto o conteúdo transmitido e, por isso, não podem ser negligenciadas na análise.

“Arauto do progresso,” nos termos de João do Rio,⁴⁹ o jornal possuía papel singular na construção de representações sobre os eventos que narrava. A oferta de novas opções de leitura influenciava diretamente a apreensão das novidades e a discussão social das notícias. Essa importância não passava despercebida àqueles que trabalhavam com a letra impressa, que vez ou outra louvavam o seu próprio papel de jornalistas ou do jornal enquanto instituição de caráter moderno e civilizador.⁵⁰ Essa autorreferência e a formação de uma imagem

idealizada do fazer jornalístico estavam, segundo Marialva Barbosa,⁵¹ dentre as características presentes na imprensa daquele período.

Outro ponto relevante, na interseção entre materialidade e hermenêutica, era o público capaz de compreender os significados e sentidos trazidos pelos jornais. A panaceia de um Rio de Janeiro moderno não encontrava correspondência na realidade vivida pelos cariocas de modo geral. Além das condições precárias de saúde e habitação, grande parte da população não dominava a língua escrita. Dos 500 mil habitantes da cidade, em 1890, apenas cerca de “metade deles era alfabetizada.”⁵² Apesar do reduzido público leitor em potencial, os cariocas encontravam formas alternativas de acessar o mundo letrado. Como evidenciado por Victor Andrade de Melo, “era comum pagar a alguém para ler o jornal. Ou, para aqueles que não podiam pagar, solicitar que algum conhecido alfabetizado fizesse a leitura, normalmente em uma roda para várias pessoas atentas às notícias da cidade, inclusive as esportivas.”⁵³ A leitura em grupo ampliava, assim, a “circulação desses impressos na sociedade.”⁵⁴ Com isso, o fluxo de informações transmitidas pela imprensa não ficava restrito a uma pequena parcela da população, capaz de ler e interpretar diretamente o conteúdo dos jornais. Sob a perspectiva da materialidade, havia diferentes formas de contato com os impressos e seu conteúdo.

Dentre os efeitos mais imediatos da carta, propiciados pela sua transcrição na íntegra e pelos comentários publicados nos jornais, estavam a circulação de ideias sobre a necessidade de criação de um Comitê Olímpico Nacional, os benefícios da prática física e esportiva e a importância da participação olímpica brasileira.

A mensagem

Escrita em 30 de abril de 1914, a carta de Raul do Rio Branco chegava ao Rio de Janeiro em um momento em que se começava a reunir esforços para organizar o campo olímpico nacional.⁵⁵ O objetivo de Rio Branco com o envio da missiva era um tanto programático. Nas palavras dele: “. . . fui encarregado pelo ‘Comitê Olympico Internacional’ de ver se eu podia contribuir para acelerar a constituição de um ‘Comitê Olympico Nacional no Brasil’, como já existem outros em todos os países civilizados da Europa, Ásia e América do Norte.”⁵⁶ Logo de início, ele também esclarece que procedera à escolha dos destinatários por meio da ajuda do Conde de Penha Garcia, delegado olímpico do COI para Portugal.⁵⁷ A carta de Rio Branco possuía três anexos, sendo um deles a lista completa dos destinatários. Infelizmente, esses documentos complementares⁵⁸ não se encontram disponíveis em nenhum dos acervos consultados (hemero-

teca da Biblioteca Nacional, biblioteca do COB e arquivo histórico do COI). O embaixador brasileiro qualificava os destinatários como “personalidades de destaque no mundo do sport e do atletismo brasileiro” e também como “distintos patrícios.” Podemos especular quem seriam tais figuras, mas, na ausência do anexo acima referido, só foi possível confirmar o nome de algumas delas: comandante Faria Ramos, presidente da Federação Brasileira das Sociedades do Remo, Deusdedit Travassos e Flavio Vieira, ex-secretários da mesma entidade,⁵⁹ Romeu Maina, redator da *Gazeta de Notícias*,⁶⁰ e Almeida Brito, redator do *Jornal do Brasil*.⁶¹

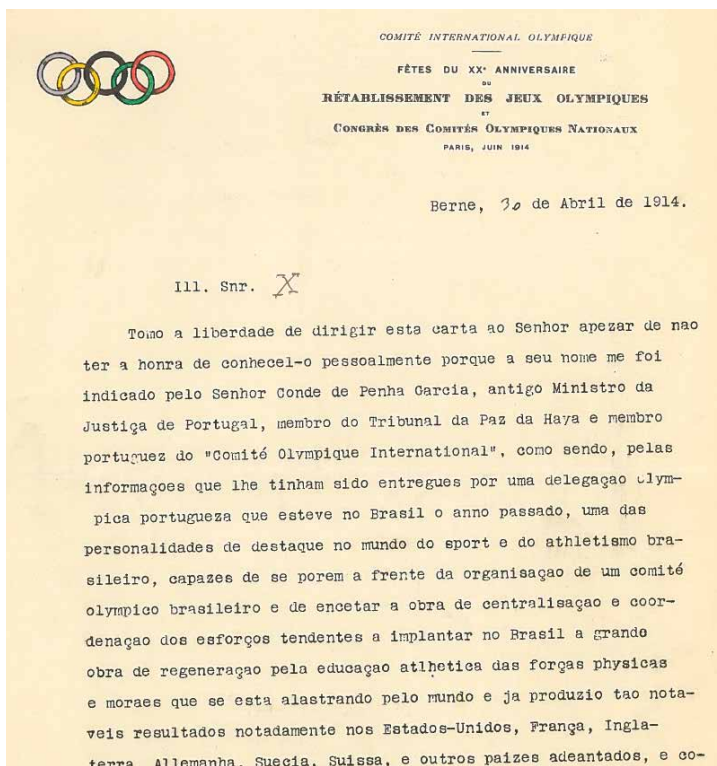


Figura 1: Reprodução da primeira página da carta de Raul do Rio Branco (1914).
Fonte: IOC Archives.

Dentre o *corpus* analisado, o *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Commercio* foram os únicos a reproduzir o documento na íntegra, ainda que outros jornais tivessem tomado contato com seu conteúdo e se posicionado a respeito. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, falava no “alto valor de tão significativo documento, que vem despertar sensacionalmente a atenção do povo brasileiro para um ponto

de relevância, qual o da sua reorganização física, o retemperamento da raça indígena.”⁶² O próprio *Jornal do Commercio* apoiava as propostas contidas na carta: “[o movimento propugnado pela carta] é merecedor dos mais francos encômios, e o *Jornal*, apoiando prazerosamente a nobre iniciativa, faz votos para que a mesma triunfe.”⁶³ Já o *Jornal do Brasil* celebrava seus possíveis efeitos sobre os *sportsmen* nacionais: “preparar para amanhã uma raça viril, . . . um povo robusto e forte, patriota e valoroso, em bem da sua nação e para o progresso de sua pátria, sobre (sic) todos os pontos de vista.”⁶⁴

A causa olímpica era desde o início colocada por Rio Branco como uma questão também civilizacional, de “adiantamento” de um país. Desse modo, além da criação de um comitê nacional, estava manifesto em sua carta o desejo de “encetar a obra de centralização e coordenação dos esforços tendentes a implantar no Brasil a grande obra de regeneração pela educação athletica das forças phisicas e morais que se está alastrando pelo mundo.” O ponto de comparação eram os países “adiantados” e “civilizados” da Europa, América do Norte e Ásia. A atitude mental de Rio Branco se coaduna ao que Norbert Elias descreveu como o processo civilizatório.⁶⁵ Cumpre salientar que a inserção em um dito mundo civilizado era então e continuaria a ser nas décadas seguintes um argumento constante na narrativa da imprensa para justificar seu apoio aos Jogos Olímpicos. O aspecto “civilizacional” associado ao esporte atuava como um elemento de distinção a nível global, o que provavelmente agradava também à elite leitora dos jornais. O conceito de civilização era tão premente na época que podia ser encontrado nos próprios documentos produzidos pelo COI⁶⁶ e, em certo sentido, respondia ao caráter internacionalizador dos Jogos Olímpicos.

Avançando na leitura da carta, tomamos conhecimento que Raul do Rio Branco, atendendo a convite de seus colegas da diplomacia internacional, comparecera ao Congresso Olímpico de Lausanne, em 1913. Lá, ele pôde encontrar “vários antigos conhecidos,” dentre os quais estava Pierre de Coubertin, fundador e presidente do COI. O embaixador brasileiro ressaltava o papel revolucionário de Coubertin para a educação francesa, destacando que graças à sua influência surgia uma geração “cujas qualidades de iniciativa e de ação enérgica em oposição tão sensível com a apatia cética e comodista da geração anterior forma o objeto das cogitações e dos escritos de todos os sociólogos e pedagogos atuais.” Também no Brasil as elites cariocas não costumavam ocupar seu tempo livre com atividades relacionadas ao esforço físico. A chegada e a popularização dos esportes vieram a mudar esse cenário já no início do século XX. Sevchenko afirma que a saúde era vista como “a chave de um corpo moderno,” cultivado pela prática constante de exercícios físicos.⁶⁷

Na ocasião daquele encontro, Rio Branco recebera de Coubertin o convite para atuar como delegado do COI para o Brasil. Inicialmente relutante, pois

não esperava tal proposta, ele acabou cedendo aos argumentos do presidente do COI. Coubertin demonstrava estar ciente da movimentação do campo olímpico no Brasil e, nas palavras de Raul em sua carta, alertava que “tratava-se não só de uma adesão a causa ora triunfante do renascimento da cultura *physica* no mundo como de um verdadeiro serviço a prestar a minha [de Raul] pátria já um pouco distanciada a esse respeito.”

É certo que havia por parte do COI o desejo de disseminar o Movimento Olímpico para além das fronteiras europeias.⁶⁸ Existia um interesse do próprio Coubertin pela difusão do olimpismo pela América Latina.⁶⁹ Tanto era assim que autorizou a realização dos Jogos Regionais de 1922 no Brasil e antes disso, em 1917, publicara o livro *Que és el olimpismo* para divulgar o ideário olímpico na América Latina. Além disso, idealizou e participou da Semana da América do Sul, realizada em Lyon no ano de 1916, e da Semana da América Latina, em Toulouse, em 1917.

A amizade entre Rio Branco, diplomata e filho de um barão, e Coubertin não era um caso atípico no mundo olímpico da época. Tratava-se então de um movimento eminentemente da nobreza. A primeira formação do Comitê Olímpico possuía um elevado número de membros da aristocracia europeia, relativamente jovens (média de 40 anos) e bem-educados (formação universitária).⁷⁰ O critério empregado por Coubertin era a riqueza pessoal e o *status* social dos escolhidos.⁷¹ Pierre Bourdieu salienta que o “primeiro comitê olímpico contava com não sei quantos duques, condes e lordes, e todos de nobreza antiga.”⁷² Entre 1896 e 1920, dos 97 membros do COI seis eram da realeza e 35 da nobreza, o que representa aproximadamente 42% do total de membros.⁷³

Logo em seguida ao relato do encontro com Coubertin, Raul do Rio Branco escreve sobre suas lembranças do que seu pai lhe dizia acerca do Brasil. Escrevia ele:

Lembrei-me então da opinião frequentemente expressa na minha presença pelo meu pai tão incondicionalmente dedicado ao interesses brasileiros de qualquer espécie e tão conhecedor das coisas pátrias de que o Brasil precisava, talvez mais do que muitas outras nações modernas enveredar pelo caminho da educação *physica* para compensar os efeitos visíveis da degenerescência que na opinião de todos os fisiologistas modernos, a não ser algum pessoalmente interessado na questão, vem enfraquecer, não imediatamente na primeira geração, mas na quarta ou na quinta, a descendência dos cruzamentos entre raças muito afastadas etnologicamente umas das outras, e para compensar também os efeitos ainda vigentes do preconceito que se tinha criado entre nós a respeito do valor

physico durante séculos nos quais todos os misteres da vida urbana ou campestre que exigiam destreza ou vigor eram exclusivamente devolutos ao elemento servil, limitando-se as classes superiores da população a procurar o aperfeiçoamento das qualidades de ordem intelectual o que acaba em certos indivíduos num divórcio acentuado das capacidades físicas e psíquicas, como se não fosse indispensável a qualquer inteligência robusta e cultivada para ser integralmente aproveitada em todas as circunstâncias, de paz ou de guerra, o suporte de um organismo resistente, possante e sadio.

Essa reminiscência traz à tona algumas das ideias racistas do período. A essência dessa perspectiva era compactuada por autores como Euclides da Cunha, Raimundo Nina Rodrigues e Silvio Romero, cujos posicionamentos racialistas foram utilizados para explicar uma série de questões nacionais no início do século XX. O movimento, inspirado na teoria evolucionista em voga na Europa do século XIX (e mesmo antes), encontrou um modo peculiar de adaptação ao pensamento social brasileiro. O mestiço, oriundo do entrecruzamento das três “raças” formadoras do tipo nacional (branco, negro e índio), passava a ser interpretado como um entrave ou um ponto intermediário no processo de “branqueamento social.”⁷⁴ Esse enfoque no “melhoramento da raça” como caminho do processo civilizatório também estava manifesto noutros artigos de opinião com temática esportiva reproduzidos pela imprensa.

Outro ponto dessas memórias atribuídas ao Barão do Rio Branco diz respeito aos estereótipos que cercavam a atividade física—a atitude de reserva com que as classes médias e as elites urbanas encaravam o esporte. Na virada do século XIX para o XX, cariocas de todas as classes sociais passavam a ocupar com seus corpos as ruas da cidade, rompendo as restrições morais e sociais que envolviam as atividades físicas⁷⁵ e indicando a formação de um novo imaginário referente às práticas corpóreo-desportivas.⁷⁶ Até então, a rua e o esforço físico estavam associados respectivamente ao espaço de circulação e ao trabalho dos escravos.⁷⁷ Essas características intrínsecas da cidade e de seus habitantes foram apontadas por Mascarenhas como responsáveis por certa demora inicial na plena aceitação dos esportes.⁷⁸

Nessa mesma carta, Raul do Rio Branco comunicava suas indicações para representantes do Brasil no Congresso Olímpico de 1914,⁷⁹ uma vez que não haveria tempo suficiente para a formação de um Comitê Olímpico Nacional que indicasse nomes para aquele encontro. Tendo comparecido como único representante brasileiro ao Congresso de 1913, Raul esperava não estar sozinho na reunião olímpica seguinte, que se realizaria em junho de 1914, em Paris. Isso posto, ele recomendava o nome de seu irmão Paulo do Rio Branco, médico

e praticante habitual de esportes (rúgbi, em especial), e Alberto Klingelhofer, homem de negócios e também adepto dos esportes.

A comunicação por via postal foi a forma que Raul encontrou para passar adiante sua solicitação, visto que, como ele mesmo deixava evidente, sua condição de diplomata o obrigava a permanecer no país da embaixada em tempo integral, sendo permitido o regresso apenas quadrienalmente. Por esse motivo, ele tinha de deixar a cargo de seus compatriotas a tarefa de organização da instituição olímpica nacional. Acionava para isso argumentos muito semelhantes àqueles que Coubertin empregou para convencê-lo a aceitar o posto de delegado olímpico. Argumentava ele: “estou convencido de que este empreendimento não se deve achar acima da boa vontade e do sentimento de patriotismo e de solidariedade nacional que existe com certeza entre nós.” Para propagar a mensagem contida em sua carta, o diplomata solicitava ainda de cada destinatário que lhe enviasse o nome de outras associações e pessoas que poderiam se interessar pelo seu conteúdo.

Já se encaminhando para a conclusão de sua carta, Rio Branco alertava aos destinatários sobre a premência do amadorismo enquanto valor olímpico. Não há espaço aqui para desenvolver devidamente a questão do amadorismo no âmbito da história olímpica. Cumpre, no entanto, sublinhar que a preocupação com o amadorismo se apresentava como central para o Movimento Olímpico desde a primeira edição do *Bulletin du Comité International des Jeux Olympiques*, publicada em 1894. Nesse documento, a prática do esporte por prazer, sem fins materiais, marcava o entendimento do COI sobre o atleta amador.⁸⁰ De inspiração vitoriana, essa concepção tinha a evidente intenção de excluir a classe trabalhadora do campo esportivo.⁸¹ Como era de se esperar, a exposição de Raul do Rio Branco sobre o amadorismo não contemplava essa visão crítica, remetendo aos aspectos convencionais na defesa do tema:

Devo ainda lembrar ao senhor, que com certeza já está inteirado destas questões, que a organização olympica internacional só cogita de atletas amadores, não combatendo mas não se preocupando com os profissionais, porque a tendência que se está generalizando desde muitos anos, e depois de prolongada discussão e de tentativas em sentidos diversos e antagônicos é estimular a cultura physica e a regenerescência da mocidade de todas as classes sociais para o melhoramento da resistência, de saúde e da moralidade dos povos civilizados e não a produção de atletas especializados vivendo da prática do sport, como o são por exemplo os campeões de box, profissionais americanos e ingleses.

A mobilização da imprensa e das entidades esportivas para fundar em definitivo um Comitê Olímpico Nacional se desenrolou mais rapidamente após a missiva de Rio Branco. As informações contidas em sua carta foram comunicadas por Almeida Brito em reunião realizada no dia oito de junho, na sede da Federação Brasileira das Sociedades do Remo.⁸² Com a assistência de representantes de inúmeras entidades esportivas cariocas, os presentes acolheram a proposta do redator do *Jornal do Brasil* e “foi organizado um comitê central, composto de 20 membros,”⁸³ responsável por “gerir os trabalhos do Comitê.” No alvorecer do dia seguinte, a *Gazeta de Notícias* reportava: “O Comitê Olympico Brasileiro é um fato.”⁸⁴

As indicações de Raul do Rio Branco para representar o Brasil no Congresso Olímpico de 1914 seriam aprovadas na primeira reunião do COB, realizada na sede da Liga Metropolitana de Sports Athleticos em 11 de junho de 1914. Além de Paulo do Rio de Branco, Alberto Klingelhofer e do próprio Raul, seria acrescido nessa comitiva o nome de Ernani Pinto, membro do recém-fundado comitê e que já se encontrava em Paris.⁸⁵ Os quatro representantes brasileiros presentes ao encontro na capital francesa assistiriam à aclamação do Comitê brasileiro pelos delegados reunidos no Congresso Olímpico. A notícia do reconhecimento oficial do COB foi comunicada a Fernando Mendes de Almeida, presidente dessa instituição, por meio de um telegrama de Raul do Rio Branco.⁸⁶ Com a fundação do Comitê, o Brasil podia oficialmente participar dos próximos Jogos Olímpicos, que, a princípio, ocorreriam em Berlim no ano de 1916.

Na imprensa, o clima para 1916 era de entusiasmo diante da perspectiva de participação brasileira. O atraso em relação aos vizinhos continentais era um argumento invocado pelo periodismo carioca para reforçar a importância da primeira participação olímpica nacional: “A América do Sul esteve presente nas pessoas dos sportsmen chilenos, argentinos e peruanos. E, no entanto, o nosso país, mais rico que qualquer outro do seu continente e um dos mais vastos do mundo em extensão territorial, lá não esteve.”⁸⁷ Fazer parte das “culturas ‘civilizadas’ do Atlântico Norte” era uma possibilidade aberta pelo esporte não apenas para o Brasil, mas para outros países da América do Sul.⁸⁸

Frustrando as expectativas da imprensa, os Jogos da VI Olimpíada, previstos para Berlim/1916, não foram realizados. Tão logo finda a 1ª Guerra Mundial, as atenções se voltavam para a próxima edição olímpica. Foi pela via telegráfica que o delegado do COI para o Brasil, Raul do Rio Branco, fez chegar a Mendes de Almeida, a seguinte comunicação: “Berne, 2 de maio, às 7.30 p.m. – O Comitê Olympico Internacional resolveu que a próxima olympiada tenha lugar em 1920, em Antuérpia. O governo real da Bélgica, agradeceu a escolha e aceitou. Saudações – Rio Branco, ministro do Brasil.”⁸⁹ Até o final da década de 1910, a imprensa carioca cobriria a preparação olímpica de países estrangeiros,

a movimentação esportiva nacional e a repercussão do convite oficial do governo belga às autoridades brasileiras. Assim, também a participação olímpica brasileira em 1920 pode ser creditada, em parte, aos esforços engendrados por Rio Branco e sintetizados na carta de 1914.



Figura 2 – A carta de Rio Branco, a criação do COB e o Estádio Olímpico de Berlim para 1916. Fonte: *Gazeta de Notícias* (03/06/1914, p. 5).

Conclusão

Dentre os grandes movimentos da história do esporte nacional, no rol dos fatos enciclopédicos, com certeza está o envio da carta de Raul do Rio Branco a expoentes do campo esportivo brasileiro. Pela relevância histórica e a participação decisiva das tecnologias da comunicação, julguei promissor empreender neste artigo uma análise inicial desse documento.

Como venho postulando em outros trabalhos, não acredito ser possível entender plenamente o campo olímpico sem acessar suas mediações. Isto é, para compreender o desenvolvimento da temática olímpica na cidade, faz-se necessário entender os meandros da relação entre seus diversos atores – atletas, dirigentes, entusiastas do esporte, políticos, jornalistas, jornais, leitores – e os papéis por eles ocupados. Em especial, trata-se de tentar localizar as interseções entre mídia e esporte. Além disso, diante da escassa memorabilia acerca dos primórdios da história olímpica brasileira, os materiais publicados na imprensa

se constituem em registros prioritários de pesquisa, arquivos privilegiados para compreender as transformações em curso. A narrativa jornalística perpetua, assim, certos acontecimentos sociais, que de outro modo talvez não compusessem nossas “experiências do passado.”⁹⁰

A carta de Rio Branco não foge à regra. Apesar de transcrita em dois jornais da época, não foi possível ter contato com a versão física original do documento (em papel), mas apenas sua cópia digital, que, ainda assim, não se encontra sob a guarda de uma instituição brasileira. Para acessar uma versão digitalizada do documento, foi necessário entrar em contato com o COI. Superadas essas dificuldades que dizem respeito à materialidade e acessibilidade do objeto pesquisado, o conteúdo da carta é elucidativo do pensamento de uma época.

Alguns dos pontos levantados pela carta tratavam de dilemas próprios à realidade brasileira de então, como a tomada de consciência de uma identidade nacional, a construção de um consenso sobre a “raça brasileira” e o reconhecimento do país no concerto do mundo civilizado. As associações com a identidade nacional, raça e progresso marcavam as representações sobre o esporte olímpico naquele período. Participar dos Jogos passava a ser uma questão política, pois atendia ao propósito de propagar certos ideais de modernidade, raça e civilização entre os brasileiros. O sucesso esportivo seria apresentado nos anos seguintes como parâmetro da prosperidade nacional.

Gostaria, por fim, de reforçar que a publicação da carta de Raul do Rio Branco, em 1914, foi um dos elementos catalisadores para que a imprensa carioca mudasse sua percepção sobre os Jogos e passasse a atuar mais incisivamente em prol do Movimento Olímpico nacional nos anos seguintes, o que culminaria na participação brasileira nos Jogos da Antuérpia, em 1920.

Notas

1. Uma versão desse trabalho foi apresentada no GP Comunicação e Esporte, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
2. Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012), p. 302.
3. Gilmar Mascarenhas, “Construindo a Cidade Moderna: a Introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro,” *Estudos Históricos*, no. 23 (1999), p. 19.
4. Victor Andrade de Melo, *Cidade Esportiva: primórdios do Esporte no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, Faperj, 2001).
5. Meily Linhales, “O sport no “clima cultural” da década de 1920: a ‘energização do caráter’.” *Anais do Congresso Internacional de Ciências do Esporte*, no. 2 (2007), pp. 3-4.
6. Victor Andrade de Melo, *Rio Esportivo* (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015).

7. Sobre essas reformas, ver André Nunes de Azevedo, *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso* (Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, Mauad X, 2016).
8. A compreensão da autorização social da fala aparece em Pierre Bourdieu (“Como é possível ser esportivo?”), em Pierre Bourdieu, *Questões de sociologia* [Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983], pp. 136-153) como uma das atribuições do estudo do discurso. O conceito foi reapropriado pela antropóloga brasileira Simoni Guedes (“Discursos autorizados e discursos rebeldes no futebol brasileiro,” *Esporte e Sociedade*, no. 16 (2010/2011), pp. 1-11) para tratar dos discursos autorizados no futebol, provenientes do jornalismo e do mundo acadêmico.
9. Victor Andrade de Melo, “Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX,” em Bernardo Buarque de Hollanda e Victor Andrade de Melo (orgs.), *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012), pp. 21-51.
10. Rio Branco foi apenas o quinto membro sul-americano a ingressar no COI. Antes dele, já ocupavam o posto de delegado olímpico os argentinos José Benjamin Zubiaur (1894) e Manuel Quintana (1907), o peruano Carlos F. de Candamo (1905) e o chileno Oscar N. Garcia (1911).
11. Parte da pesquisa e das fontes advém da minha tese de doutorado, quando analisei *Gazeta de Notícias, O Paiz, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Gazeta da Tarde, Revista da Semana e O Imparcial*. Especialmente para este artigo, realizei também uma busca em outros periódicos do Rio de Janeiro na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com base na pesquisa pela palavra-chave “Raul do Rio Branco.” Foram esses os jornais investigados, selecionados a partir do número de ocorrências com o nome pesquisado: *Gazeta de Notícias, O Paiz, Jornal do Brasil, A Notícia, A Imprensa, Correio da Manhã, O Século, Jornal do Commercio e O Jornal*.
12. Utilizo as expressões “vestígios documentais” e “modelos de inteligibilidade” conforme extraídas de Roger Chartier, *A história ou a leitura do tempo* (Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010), p. 22.
13. Nesse sentido, ver Sandra Pesavento, *História & História Cultural* (Belo Horizonte: Autêntica, 2012), Peter Burke, *O que é história cultural?* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008), Peter Burke, *Varietades de história cultural* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011) e Chartier, *A história ou a leitura do tempo*.
14. Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).
15. Para uma síntese tanto do método indiciário quanto de suas possíveis aplicações, recomendo a leitura de Hérica Lene e Francisca Selidonha, “Entre Comunicação e História: o indiciarismo como metodologia para pesquisas históricas sobre a imprensa,” *Em Questão*, 18:1 (2012), pp. 31-44 e de Márcia Rodrigues, “Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário,” *Dimensões*, no. 17 (2005), pp. 213-221. Críticas a esse método foram desenvolvidas por Francisco Murari Pires em seu artigo “Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita,” *História da Historiografia*, no. 13 (2013), pp. 24-44.
16. Sonia Meneses, “A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação,” *Anais do Simpósio Nacional de História*, no. 26 (2011), pp. 1-11.

17. Ana Luiza Martins e Tania Regina Luca, “Introdução: pelos caminhos da Imprensa no Brasil,” em Ana Luiza Martins e Tania Regina Luca (orgs.), *História da imprensa no Brasil* (São Paulo: Contexto, 2008), p. 8.
18. Informações colhidas no site do Centro de História e Documentação Diplomática. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=131>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
19. Cristina Patriota de Moura, “Verbete Barão do Rio Branco,” em *Atlas Histórico do Brasil* (Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2016). Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/barao-do-rio-branco>>. Acesso em: 18 jun. 2019.
20. Um dado interessante é que Raul foi o responsável por escrever uma biografia de seu pai, intitulada *Reminiscências do Barão do Rio Branco* e publicada em 1942.
21. Boris Fausto, *História concisa do Brasil* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006), p. 142.
22. Parte das informações foi extraída do site do Centro de História e Documentação Diplomática. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
23. Andrea C. T. Wanderley, “O barão do Rio Branco (1845-1912) e o Álbum de vistas do Brasil (1889),” *Portal Brasileira Fotográfica*, 2017. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7462>>. Acesso em: 17 jun. 2019.
24. Ministério das Relações Exteriores, *Almanaque do Pessoal* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934), p. 30.
25. A nomenclatura correta para o cargo é “ministro plenipotenciário,” pois, conforme explica João Paulo Rodrigues (“Embaixadas originais: diplomacia, jornalismo e as relações Argentina-Brasil (1888-1935),” *Topoi*, 18: 36 [2017], p. 557): “Até a Segunda Guerra Mundial admitia-se, salvo poucas exceções (como os Estados Unidos), que somente as potências europeias trocassem entre si embaixadores fixos. Os demais países – entre si e na Europa – mantinham apenas ministros plenipotenciários, sendo o local onde se situava sua representação diplomática conhecido como ‘legaço’”.
26. Na pesquisa em jornais do Rio de Janeiro, foram encontradas 1.255 ocorrências com o nome de Raul do Rio Branco. A busca percorreu 2.407 acervos e 11.384.706 páginas.
27. *Jornal do Commercio*, 03/04/1914, p. 3.
28. Estou mantendo a grafia original somente das palavras ligadas ao universo esportivo. As demais foram atualizadas para a forma contemporânea, quando necessário.
29. *O Paiz*, 13/09/1913, p. 7, grifos do jornal.
30. *Gazeta de Notícias*, 05/04/1907, p. 4.
31. *O Imparcial*, 13 e 14/04/1925, p. 6.
32. Cesar R. Torres salienta que, embora Coubertin estivesse preocupado com o “mau uso da palavra ‘olímpico’, o evento foi, em geral, chamado de ‘Jogos Olímpicos Latino-Americanos’, ‘Olimpíada Brasileira’ ou simplesmente ‘Jogos Olímpicos.’” Ver Cesar R. Torres, *Jogos Olímpicos Latino-americanos. Rio de Janeiro 1922* (Manaus: Confederação Brasileira de Atletismo, 2012), p. 27.
33. *O Paiz*, 07/04/1922, p. 6.
34. *Jornal do Commercio*, 16/08/1931, p. 13.
35. Entre outros documentos, temos uma longa carta de Raul a Trompowsky Junior acerca da capacidade de o Brasil organizar os Jogos regionais de 1922 (*Jornal do Commercio*, Edição da Tarde, 17/03/1921, p. 6) e um relatório sobre a participação olímpica brasileira em 1920, enviado a Mendes de Almeida em 1921 (*Jornal do Commercio*, Edição da Tarde, 24/03/1921, p. 6).

36. Cabe esclarecer que ao me referir a “jogos olímpicos” (com letras minúsculas) contemplo todas as manifestações a eles associadas, tanto as que podemos chamar de “não-oficiais” quanto àquelas organizadas pelo COI. Quando desejo tratar especificamente do evento organizado pelo COI, faço uso da expressão em letras maiúsculas (“Jogos Olímpicos”). Trata-se de uma diferenciação operacional, mas que, no geral, atende a seus propósitos. Para uma discussão um pouco mais aprofundada sobre esses jogos não-oficiais, ver Fausto Amaro, “Os diversos usos de jogos olímpicos na imprensa carioca nas décadas de 1890 a 1910,” *Revista Brasileira de História da Mídia*, no 7 (2018), pp. 195-212.
37. Esse entendimento de “campo” se inspira nas proposições de Pierre Bourdieu (ver *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* [São Paulo: Editora UNESP, 2004] e “Programa para uma sociologia do esporte,” em Pierre Bourdieu, *Coisas Ditas* [São Paulo: Brasiliense, 2004], pp. 207-220).
38. Roberto Moura, *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995), p. 45.
39. Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim*, p. 48.
40. Sobre os jogos não-oficiais em circulação no Rio de Janeiro, ver Fausto Amaro, “Os diversos usos de jogos olímpicos.”
41. Norbert Elias, *O Processo Civilizador, volume 2: Uma História dos Costumes* (Rio de Janeiro: Zahar, 1993), p. 268.
42. O primeiro desses eventos era realmente tratado como os “jogos olympicos no Rio.” Organizado pelo *Jornal do Brasil*, a proposta foi lançada em fins de 1912 e consistia basicamente na realização anual de jogos olímpicos na capital do Brasil, a começar no ano de 1913. Dentre os esportes previstos para a competição, estavam: “Concursos hipicos, de tiro ao alvo, remo, natação sports athleticos gymnastica, foot-ball, cyclismo, luta, esgrima, lawn-tennis e talvez o pentathlon moderno” (*Jornal do Brasil*, 10/11/1912, p. 13).
43. Hans Ulrich Gumbrecht, *Produção de presença – o que o sentido não consegue transmitir* (Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2010).
44. Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil* (Rio de Janeiro: Mauad, 1999), p. 251.
45. Muniz Sodré, *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento* (Petrópolis: Vozes, 2009), p. 84.
46. Nicolau Sevcenko, “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio,” em Nicolau Sevcenko (org.), *História da vida privada no Brasil*, v. 3 (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), pp. 533-34.
47. Leticia Matheus, *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos* (Rio de Janeiro: Mauad-X, 2011), p. 38.
48. Sobre a introdução da telegrafia no Brasil e sua importância para a imprensa, ver Leticia Matheus, “A imprensa e o desenvolvimento do sistema telegráfico brasileiro,” *Anais do Congresso da Associação Latino Americana de Investigadores de Comunicação (ALAIIC)*, no. 12 (2014).
49. João do Rio, “A Era do Automóvel” em João do Rio, *Vidas vertiginosas* (Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1911), p. 4.
50. Um exemplo disso se encontra na primeira página da *Gazeta da Tarde* do dia 21 de março de 1889. O artigo de opinião intitulado “Jornalismo” encerrava uma ode ao ofício, associando o jornal à modernidade e aludindo, elogiosamente, à Grécia Antiga. Faltaria aos gregos, contudo, um elemento essencial: “Porém, ah! me condao daquela civilização,

- quando penso que não tinha jornais, pois pelo jornal deixamos de ser membros de uma cidade para ser cidadão (sic) do mundo.”
51. Marialva Barbosa, *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2010).
 52. José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil. O longo caminho* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015), p. 46.
 53. Melo, *Cidade Esportiva*, p. 189.
 54. Marialva Barbosa, *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*, p. 125.
 55. Para um panorama completo da conformação do campo olímpico nesse período, ver Fausto Amaro, “Movimentos do esporte olímpico nacional na década de 1910: jornais, pessoas e fatos,” *Recorde - Revista de História do Esporte*, no. 10 (2017), pp. 1-28.
 56. Os trechos da carta aqui reproduzidos foram extraídos da cópia digitalizada do documento original, fornecida pelo Centro de Estudos Olímpicos do COI. Também li as versões transcritas pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Jornal do Commercio*, que, de maneira geral, traziam o mesmo conteúdo, com apenas alguns trechos de difícil leitura.
 57. Penha Garcia provavelmente colhe as informações que repassara a Rio Branco por meio de Alfredo Duarte Rodrigues, membro do Comitê Olímpico Português. Rodrigues estivera no Rio em junho de 1913 como representante de uma equipe portuguesa de futebol, formada por atletas da Associação de Foot-Ball de Lisboa, que enfrentaria um selecionado da Liga Metropolitana de Sports Athleticos (*Jornal do Brasil*, 27/06/1913, p. 11).
 58. Os anexos continham a lista de destinatários da carta, a programação do próximo Congresso do COI (junho/1914) e um exemplar do jornal *Le Brésil*, que comunicava a escolha de Rio Branco como delegado olímpico.
 59. *Jornal do Commercio*, 29/05/1914, p. 5.
 60. *Gazeta de Notícias*, 03/06/1914, p. 5.
 61. *Jornal do Brasil*, 28/05/1914, p. 11.
 62. *Gazeta de Notícias*, 03/06/1914, p. 5.
 63. *Jornal do Commercio*, 29/05/1914, p. 5.
 64. *Jornal do Brasil*, 28/05/1914, p. 11.
 65. Norbert Elias, *O Processo Civilizador, volume 1: Uma História dos Costumes* (Rio de Janeiro: Zahar, 2011). Grosso modo, o processo civilizatório corresponde ao caminhar evolucionário de um povo rumo a padrões mais “elevados” de cultura, tendo como parâmetro o modelo europeu e a supressão das pulsões violentas dos indivíduos.
 66. Por exemplo, a introdução do Relatório Oficial dos Jogos de 1896 (escrita por Timoleon Philemon, secretário geral da entidade). Disponível em: <<https://bit.ly/2FLG7se>>. Acesso em: 01 set. 2015.
 67. Nicolau Sevcenko, “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.”
 68. Cesar R. Torres, “‘Spreading the Olympic Idea’ to Latin America: The IOC-YMCA Partnership and the 1922 Latin America Games,” *Journal of Olympic History*, 16: 1 (2008), p. 16.
 69. Uma perspectiva oposta a essa ideia é apresentada por Girginov, que afirma que o “fundador do Projeto Olímpico nunca considerou seriamente outras culturas esportivas (não-ocidentais)” (tradução minha). Ver: Vassil Girginov, “Introduction. Does One-World Olympic Ideology Lead to Multiculturalism?”, em Vassil Girginov (ed.), *The Olympics: A Critical Reader* (New York: Routledge, 2010), p. 363.
 70. Patrick Clastres, “La renaissance des Jeux Olympiques, une invention diplomatique,” *Outre-Terre*, 3: 8 (2004), p. 289.

71. Dikaia Chatziefstathiou e Ian Henry, *Discourses of Olympism. From the Sorbonne 1894 to London 2012* (Houndmills: Palgrave Macmillan, 2012), p. 29.
72. Bourdieu, “Como é possível ser esportivo?”, p. 142.
73. Márcia de Franceschi Neto, “A participação do Brasil no Movimento Olímpico Internacional no período de 1896 a 1925,” PhD diss., Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999, p. 36.
74. Renato Ortiz, *Cultura brasileira & identidade nacional* (São Paulo: Editora Brasiliense, 2012), p. 21.
75. Ver Melo, *Cidade Esportiva*, p. 206 e Carlos Lessa, *O Rio de todos os Brasís [Uma reflexão em busca de auto-estima]* (Rio de Janeiro: Record, 2000), p. 90.
76. Rosa Maria Barboza de Araújo, *A vocação do prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano* (Rio de Janeiro: Rocco, 1993), p. 313.
77. Nesse sentido, ver: Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000) e Marilene Rosa Nogueira Silva, *Negro na rua. A nova face da escravidão* (São Paulo: Editora Hucitec, 1988).
78. Mascarenhas, “Construindo a Cidade Moderna,” p. 19.
79. Até 1914, haviam sido realizados seis congressos olímpicos sobre os mais variados temas: Paris-1894 (restabelecimento dos Jogos Olímpicos); Le Havre-1897 (higiene e pedagogia esportivas); Bruxelas-1905 (técnica de exercícios físicos); Paris-1906 (artes, letras e esportes); Lausanne-1913 (psicologia desportiva); Paris-1914 (regulamentos olímpicos).
80. Sérgio Settani Giglio, “Os Jogos Olímpicos dos trabalhadores como oposição ao movimento olímpico de Coubertin,” *Anais do Encontro Anual da Anpocs*, 39 (2015), p. 5.
81. Allen Guttmann, *The Olympics, a History of the Modern Games* (Urbana, IL: University of Illinois Press, 1992), p. 12.
82. Localizada na rua do Rosário, n. 133; esse é o endereço onde se funda o primeiro Comitê Olímpico Nacional.
83. Membros honorários: Srs. Barão Pierre de Coubertin e Dr. Raul do Rio Branco; Presidente. Dr. Fernando Mendes de Almeida; 1º Vice-Presidente. Dr. Alvaro Zamith; 2º Vice-Presidente. Capitão Ariovisto de Almeida Rego; Secretário internacional. Dr. Antonio de Oliveira Castro; Secretário nacional. Almeida Brito; Secretário de actas. J. Pinheiro Barbosa; Tesoureiro. Raul de Carvalho; Membros: Conde Candido Mendes de Almeida, Coronel James Andrew, Major Bernardo de Oliveira, Dr. Ernani Pinto, Frederico Ferreira Lage, Dr. Mario Pollo, J. Pedro Dias, Alberto de Mendonça, Comandante Jorge Moller, Tenentes Ricardo Kirk e Armando Jorge, Comandante Raul Oscar de Faria Ramos e Alberto Pereira Braga (*Jornal do Brasil*, 03/07/1914, p. 14).
84. *Gazeta*, 09/06/1914, p. 4.
85. *O Paiz*, 16/06/1914, p. 11.
86. O telegrama dizia o seguinte: ““Rogo favor comunicar Exmo. Senador Fernando Mendes de Almeida que o Comité Olympique Internacional reconheceu ontem Comité Olympico Brasileiro. Barão de Coubertin e eu agradecemos nomeação Sócios Honorários [do COB]. Respeitosas saudações – RIO BRANCO”” (*Jornal do Brasil*, 03/07/1914, p. 14).
87. *Jornal do Brasil*, 02/03/1913, p. 15.
88. Cesar R. Torres, “A Golden Second Place: Manuel Plaza in South America,” *Journal of Sport History*, 36: 1 (2009), p. 64.
89. *O Paiz*, 29/04/1919, p. 10; *Correio da Manhã*, 04/05/1919, p. 3.
90. Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006).

Copyright of Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe is the property of Instituto Sverdlin de Historia y Cultura de America Latina and its content may not be copied or emailed to multiple sites or posted to a listserv without the copyright holder's express written permission. However, users may print, download, or email articles for individual use.